
	<div>Estado de Mato Grosso</div> <div>Assembleia Legislativa</div>	
<div>Despacho</div>		
<div>Autor: Dep. Lúdio Cabral</div>		

Modifica o art. 7º do Substitutivo Integral nº 1 do Projeto de lei nº 1145/2025, que passa a ter a seguinte redação:

Art. 7º A adesão ao Programa Passaporte Verde observará os prazos e critérios estabelecidos no Plano Nacional de Identificação Individual de Bovinos e Bubalinos – PNIB, abrangendo os seguintes segmentos:

- I – produtor rural, pessoa física ou jurídica, e respectivas propriedades rurais destinadas à exploração de atividade pecuária bovina ou bubalina;
- II – transportador de animais vivos; e
- III – indústria frigorífica.

§ 1º O Programa Passaporte Verde será coordenado pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA, em cooperação técnica com o Instituto de Defesa Agropecuária do Estado de Mato Grosso – INDEA/MT, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – SEDEC e o Instituto Mato-Grossense da Carne – IMAC, observadas as competências legais de cada órgão e entidade.

§ 2º Compete à SEMA a supervisão e validação ambiental das propriedades participantes; ao INDEA/MT, o acompanhamento sanitário e da rastreabilidade animal; e à SEDEC, o apoio à integração tecnológica e econômica do programa.

§ 3º O IMAC atuará como entidade executora de apoio técnico e operacional, responsável pela gestão administrativa, suporte tecnológico, coleta de informações e promoção de capacitações, sem prejuízo das competências legais da SEMA e do INDEA/MT.

§ 4º A adesão ao programa será formalizada mediante cadastro e intercâmbio das informações da Guia de Trânsito Animal – GTA, sob gestão do INDEA/MT, e do Sistema Mato-Grossense de Cadastro Ambiental Rural – SIMCAR, administrado pela SEMA, para garantir a rastreabilidade socioambiental e o compartilhamento administrativo dos dados entre os órgãos competentes.

§ 5º A adesão realizada antes do prazo definido no caput garantirá ao produtor rural tramitação preferencial do Cadastro Ambiental Rural – CAR pelo órgão ambiental competente.

	<p><b>Estado de Mato Grosso</b> Assembleia Legislativa</p>	
---	--	---

§ 6º As propriedades qualificadas com desmatamento ilegal deverão aderir ao Programa Passaporte Verde no prazo de quarenta e oito meses, contados da entrada em vigor desta lei, mantendo-se as demais propriedades no cronograma de obrigatoriedade definido pelo PNIB.

§ 7. A adesão ao Programa Passaporte Verde não implica autorização para a comercialização, transporte ou abate de bovinos ou bubalinos provenientes de propriedades submetidas a embargo ambiental, interdição sanitária ou outras restrições administrativas, as quais deverão ser previamente suspensas ou levantadas pelos órgãos competentes.

§ 8. A SEMA, o INDEA/MT e o IMAC poderão celebrar contratos de gestão, acordos de cooperação técnica ou outros instrumentos congêneres para execução das atividades do programa, observadas as normas aplicáveis aos serviços sociais autônomos e à legislação estadual pertinente.

## JUSTIFICATIVA

A presente alteração ao artigo 7º visa assegurar a plena observância das competências legais e constitucionais dos órgãos públicos responsáveis pela fiscalização ambiental e sanitária, evitando delegação indevida de poder de polícia à entidade privada e garantindo a coerência do Programa Passaporte Verde com o ordenamento jurídico vigente.

No texto original, a execução do programa e a verificação da conformidade socioambiental eram atribuídas ao Instituto Mato-Grossense da Carne – IMAC, o que configurava delegação imprópria de funções típicas do Estado, notadamente aquelas relacionadas ao controle ambiental e sanitário, de competência exclusiva da Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA e do Instituto de Defesa Agropecuária de Mato Grosso – INDEA/MT. Essa configuração afrontava o princípio da legalidade administrativa e o disposto nos arts. 23, VI e VII, e 174 da Constituição Federal, além de gerar risco de conflito institucional e insegurança jurídica.

A nova redação corrige tais vícios ao estabelecer coordenação central pela SEMA, em cooperação técnica com o INDEA/MT, a SEDEC e o IMAC, delimitando de forma clara as atribuições de cada ente: à SEMA, a supervisão e validação ambiental; ao INDEA/MT, o acompanhamento sanitário e da rastreabilidade animal; à SEDEC, o apoio técnico e econômico; e ao IMAC, a execução operacional e administrativa de apoio, sem prejuízo das competências legais dos órgãos de fiscalização.

Importante registrar que a nova redação exclui o proposto inciso II do §1º do art. 7º do substitutivo integral nº 1 que isenta o produtor aderente ao programa de multa por divergência de estoque de rebanho na primeira adesão. Tal disposição representa anistia administrativa disfarçada, pois suspende a aplicação de penalidade prevista em legislação vigente sem qualquer base legal específica ou requisito de regularização. Além do impacto ambiental, o dispositivo também acarreta risco sanitário relevante, pois a “divergência de estoque” não se limita a inconsistências contábeis, mas frequentemente reflete entrada de animais sem registro sanitário válido, sem Guia de Trânsito Animal (GTA) ou provenientes de zonas com status sanitário distinto. Ao isentar o produtor de qualquer sanção na primeira adesão, o PL fragiliza o controle do INDEA/MT sobre movimentações pecuárias e compromete a rastreabilidade zoossanitária — condição indispensável à prevenção de enfermidades como brucelose, tuberculose e febre aftosa.

O texto também reforça a utilização exclusiva de dados oficiais dos sistemas públicos – a Guia de Trânsito Animal (GTA), sob gestão do INDEA/MT, e o Sistema Mato-Grossense de Cadastro Ambiental Rural (SIMCAR), administrado pela SEMA – para garantir a rastreabilidade socioambiental e o intercâmbio

	<b>Estado de Mato Grosso</b> Assembleia Legislativa	
---	--	---

administrativo de informações, impedindo a criação de bases paralelas de dados e eliminando o risco de “esquentamento” de rebanhos de origem irregular.

Por fim, foram incluídas disposições que asseguram a tramitação preferencial do Cadastro Ambiental Rural (CAR) para produtores aderentes, sem interferência na análise técnica da SEMA, e a proibição expressa de comercialização de animais oriundos de propriedades embargadas ou interditadas, reforçando o controle público e a integridade das políticas de regularização ambiental e sanitária.

Dessa forma, a nova redação harmoniza o Programa Passaporte Verde com o modelo constitucional de gestão pública, garantindo legalidade, segurança jurídica, transparência e respeito às atribuições institucionais dos órgãos de Estado, em conformidade com o art. 174 da Constituição Federal e os princípios da administração pública previstos no art. 37 da Carta Magna.

Edifício Dante Martins de Oliveira  
Plenário das Deliberações “Deputado Renê Barbour” em 05 de Novembro de 2025

**Lúdio Cabral**  
Deputado Estadual